



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

EDITAL

**LICITAÇÃO PELO RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE
PREGÃO - FORMA PRESENCIAL - SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Nº 032/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 163/2024

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S), EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPC'S), OS QUAIS SERÃO DESTINADOS AOS COLABORADORES DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA – CAER.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 29/11/2024

HORÁRIO: 09h00min (horário local)

LOCAL DA SESSÃO: Auditório da CAER, situado à Rua Melvin Jones, nº 219 – São Pedro, CEP 69.306-610 - Boa Vista - Roraima.

CONTATOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS - SULIC

E-MAIL: licitacao@caer.com.br

HORÁRIO DE ATENDIMENTO: 07h30min às 13h30min (horário local).

FORMAS DE OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos estarão disponíveis para download no endereço eletrônico: www.caer.com.br/licitacoes/.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

ANEXOS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DOS TERMOS DO EDITAL E SEUS ANEXOS (MODELO)

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO (MODELO)

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE (MODELO)

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NEM MENORES DE 16 (DEZESSEIS) ANOS EM QUALQUER TRABALHO, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, A PARTIR DE 14 (QUATORZE) ANOS (MODELO)

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE NÃO VINCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (MODELO)

ANEXO VIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IX - MINUTA DO CONTRATO



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

EDITAL

LICITAÇÃO PELO RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO - FORMA PRESENCIAL - SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº 032/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 163/2024

A **COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.939.467/0001-15, pessoa jurídica de direito privado, organizada na forma de Sociedade de Economia Mista Estadual, com sede na Rua Melvin Jones, nº 219, São Pedro - Boa Vista - Roraima – CEP: 69.306-610, por intermédio de seu Agente de Licitação e sua equipe de apoio, designados pela Portaria nº 481/2023 e Portaria nº 422/2024 respectivamente, torna público aos interessados que realizará licitação pelo **RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, sob o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos deste Edital, regida pela **Lei Federal nº. 13.303/2016**, pelo **Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CAER - RILC**, pela **Lei Complementar 123/2006**, bem como as cláusulas e condições constantes neste Edital.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A licitação será realizada em sessão pública, no auditório da CAER, conforme as condições editalícias a seguir e de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

1.2. O prazo para apresentação de propostas será de no mínimo **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da divulgação do instrumento convocatório, nos termos do RILC.

1.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão somente os dias úteis, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

1.3.1. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CAER.

1.4. Toda e qualquer informação posterior a publicação, tais como respostas a esclarecimentos, suspensões, adiamentos e revogações, serão disponibilizadas no site da

CAER (www.caer.com.br/licitacoes), sendo de responsabilidade dos licitantes o acesso à informação.

2. DA DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO

2.1. Na data, horário e local designados no AVISO DE LICITAÇÃO, publicado no Diário Oficial do Estado de Roraima e inseridos no site da CAER (www.caer.com.br/licitacoes/), será aberta a sessão pública pelo Agente de Licitação.

2.2. Se na data indicada para a abertura da licitação não houver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada e que não ocorra tempo hábil para a comunicação do fato, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Licitação.

2.3. Os horários estabelecidos no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Boa Vista - Roraima.

3 - DO OBJETO

3.1. A presente licitação tem por objeto a **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S), EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPC'S), OS QUAIS SERÃO DESTINADOS AOS COLABORADORES DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA – CAER.**

3.2. A aquisição prevista neste Edital está discriminada no Termo de Referência - ANEXO I, parte integrante do Edital.

4 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E VALOR ESTIMADO

4.1. A aquisição do objeto deste Edital, correrá à conta dos recursos financeiros próprios da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER, sob unidade orçamentária, programa orçamentário, elemento de despesa e fonte: **43010.17122010.001.000/299/001.**

4.2. O preço máximo admitido para o presente processo licitatório é sigiloso e será informado durante a etapa de negociação, salvo se sua publicidade trazer prejuízo à CAER, nos termos do RILC.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

5 - DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

5.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou solicitar esclarecimentos acerca do instrumento convocatório.

5.2. A impugnação deverá ser apresentada em até **05 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para a abertura do certame, devendo o Agente de Licitação julgar e responder à impugnação em até **03 (três) dias úteis**.

5.2.1. A impugnação deverá ser enviada para o e-mail: licitacao@caer.com.br, em arquivo não editável, formato PortableDocumentFormat (extensão .pdf) e devidamente assinada.

5.2.1.1. A impugnação deverá ser assinada, preferencialmente, na forma eletrônica, por meio de assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada.

5.2.2. Decairá do direito de impugnar nos termos deste Edital perante a Administração da CAER, quem não o fizer até o quinto dia útil que antecede à data fixada para a sessão pública de abertura da licitação.

5.3. O pedido de esclarecimento deverá ser apresentado em até **05 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para a abertura do certame, devendo o Agente de Licitação julgar e responder em até **03 (três) dias úteis**.

5.3.1. Os pedidos de esclarecimento deverão ser apresentados através da internet, no e-mail: licitacao@caer.com.br, informando o número da licitação.

5.4. Na contagem dos prazos para apresentação de impugnação ou pedido de esclarecimentos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

5.5. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados até **13:00 horas** do dia do vencimento.

5.6. As impugnações, os pedidos de esclarecimentos e suas respectivas respostas serão enviadas, por e-mail ao solicitante e publicadas no site da CAER, www.caer.com.br/licitacoes/, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas.

6 - DO REGISTRO DE PREÇOS



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

6.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços - ANEXO VIII, parte integrante do Edital.

7 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

7.1. Poderão participar desta licitação, interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que atendam às condições exigidas neste Edital e Anexos.

7.2. Estará impedida de participar desta licitação e de ser contratada pela CAER a empresa:

7.2.1. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CAER.

7.2.2. Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2.3. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea, quando os efeitos destas sanções repercutirem em licitações ou contratações da CAER.

7.2.4. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, quando os efeitos destas sanções repercutirem em licitações ou contratações da CAER.

7.2.5. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção, quando os efeitos destas sanções repercutirem em licitações ou contratações da CAER.

7.2.6. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção, quando os efeitos destas sanções repercutirem em licitações ou contratações da CAER.

7.2.7. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea, enquanto os efeitos restritivos desta sanção repercutirem em licitações ou contratações da CAER.

7.2.8. Que não atenda as condições estabelecidas neste Edital ou não possua os documentos nele exigido.

7.2.9. Que esteja sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

7.2.10. Que esteja em recuperação judicial ou extrajudicial sem plano de recuperação acolhido ou homologado, conforme o caso.

7.2.11. Que esteja constituída sob a forma de consórcio ou coligação.

7.3. Estará impedido, também:

7.3.1. A contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante.

7.3.2. A contratação de quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com: Membro de Conselho, Diretor ou Superintendente da CAER; Empregado da CAER cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação; Autoridade de qualquer dos poderes do Estado de Roraima.

7.3.3. A contratação de empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAER há menos de **06 (seis) meses**.

7.4. Caso seja constatada alguma das situações referidas acima, ainda que *a posteriori*, o licitante será excluído do certame.

8 - DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Estará assegurado o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, devidamente enquadradas aos comandos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, desde que não estejam inclusas nas vedações previstas no § 4º do mesmo artigo, na forma dos subitens subsequentes.

8.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão declarar, quando da entrega da proposta inicial, dentro do ENVELOPE A, a sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

8.2.1. A ausência da declaração no momento da entrega da proposta, significará a renúncia do direito da Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela LC 123/2006.

8.2.2. A declaração falsa relativa ao enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

8.3. Por ocasião da participação neste certame, será assegurado às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, como critério de desempate, o direito de preferência para ofertar, se houver interesse, o menor preço, em relação àquele lançado pelo licitante não qualificado nessas categorias.

8.4. Consideram-se empatadas as propostas apresentadas pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que estiverem no limite de até **5% (cinco por cento)** superiores à proposta melhor classificada, desde que esta não seja de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

8.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar os documentos de habilitação, mesmo que estes apresentem alguma restrição relativa à regularidade fiscal sob pena de inabilitação.

8.6. A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte que apresentar documentos com restrição na forma do subitem 8.5, têm assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a partir da declaração de vencedor da licitação, prorrogável por igual período, a critério da CAER, para apresentar as respectivas certidões de regularidade, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital.

9 - DO CREDENCIAMENTO

9.1. Os licitantes deverão enviar representante credenciado à participação, respondendo este pelos mesmos, sendo que para tanto deverão apresentar a seguinte documentação:

9.1.1. Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, e em vigor, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

9.1.2. Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, na qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item 9.1.1., que comprove os poderes do mandante para a outorga.

9.2. O representante legal ou o procurador deverão identificar-se apresentando documento oficial de identificação que contenha foto.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

9.2.1. No caso de procurador, este deverá apresentar documento oficial de identificação que contenha foto, do OUTORGANTE e do OUTORGADO.

9.3. Todos os documentos relacionados neste item poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou no caso de apresentação de cópia simples, **a cópia deverá ser acompanhada da original**, para autenticidade durante a sessão.

9.4. A apresentação de declaração falsa sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

9.5. Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder por todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

9.6. Não será permitida a participação de um mesmo representante para mais de uma licitante.

9.7. Será admitido o substabelecimento do credenciamento desde que devidamente justificado e previsto no instrumento de procuração com poderes específicos para tanto.

9.8. O não credenciamento de qualquer dos licitantes implicará em sua renúncia à prática dos atos que lhes são próprios durante o transcurso das sessões desta licitação, tais como: oferecer lances e interpor recursos administrativos.

9.9. O não credenciamento de qualquer dos licitantes não importa em desclassificação.

9.10. A empresa que assim desejar poderá enviar seus envelopes via correio ou por outro meio semelhante, desde que sejam entregues antes do início da sessão, na sala da Superintendência de Licitação e Contratos - SULIC da CAER. Neste caso, fica impedida de ofertar lances verbais e de se utilizar da prerrogativa de manifestar intenção de recurso, salvo em situações em que a sessão seja suspensa e a oferta de lances ou a motivação para interposição de recurso venham ocorrer em outra data, e o licitante, estando presente a essa nova sessão, munido dos documentos necessários ao credenciamento, poderá fazer uso dessa prerrogativa.

9.11. Esclarece-se que o credenciamento é um procedimento que antecede ao ato da abertura dos envelopes, logo, todos os documentos previstos neste item deverão estar em mãos dos representantes das empresas licitantes, no momento da abertura da sessão, para apresentação ao Agente de Licitação, sendo desconsiderados se inseridos no Envelope 02 - DA HABILITAÇÃO.

10 - DA PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE 01



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

10.1. A Proposta de Preços deverá conter no mínimo os seguintes dados:

10.1.1. Ser apresentada em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com identificação do licitante, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas.

10.1.2. Indicar a razão social da Proponente, endereço completo (rua/avenida, número, bairro, cidade, CEP, UF) telefone, endereço eletrônico (e-mail), o banco, números da conta-corrente e da agência no qual serão depositados os pagamentos se o licitante se sagrar vencedor do certame, bem como, a qualificação do representante do licitante, para fins de assinatura do Contrato ou Instrumento equivalente, quando for o caso.

10.1.3. O Prazo de validade de, no mínimo, **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data limite para sua apresentação. Caso na proposta não apresente prazo de validade será este considerado.

10.1.4. Conter descrição precisa do objeto, indicando a marca e o modelo (modelo quando houver), o prazo de garantia contra defeito de fabricação ou de produção, e demais elementos indispensáveis a sua caracterização devendo atender, na íntegra, o constante do Anexo I – Termo de Referência.

10.1.5. Preço unitário, total e global.

10.1.6. O quantitativos do(s) produto(s)/material(is)/equipamento(s), conforme o constante do Anexo I - Termo de Referência.

10.1.7. Condições para realização da entrega.

10.1.8. Data e assinatura do responsável.

10.1.9. Os equipamentos de proteção individual fornecidos deverão estar de acordo com a NR 6, que trata de EPIs, devendo vir acompanhados do Certificado de Aprovação – CA, expedido pelo órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego;

10.1.10. Deverão apresentar proposta com a descrição do objeto ofertado, preço, marca e fabricante.

10.1.11. Os itens (02 e 03), (04 e 05) deverão ser fornecidos com a mesma marca/modelo por comporem um mesmo objeto/equipamento.

10.2. Nos preços ofertados deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas tais como: seguros, tributos/impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

fiscais e comerciais, fretes – CIF – da localidade de entrega do(s) material(is) e/ou equipamento(s), montagem, instalação, carga, descarga, knowhow, inclusive os decorrentes de troca do(s) material(is) e/ou equipamento(s), dentro do prazo de garantia, e, verificação de funcionamento dos equipamentos, conforme Anexo I – Termo de Referência.

10.3. Quaisquer tributos, despesas e custos diretos e indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o produto(os)/material(is)/equipamento(s) ser fornecido sem ônus adicionais.

10.4. A licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independentemente do resultado do procedimento licitatório.

10.5. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.6. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta comercial, ou seja, de, no mínimo, **120 (cento e vinte) dias**, e caso persista o interesse da CONTRATANTE, poderá ser solicitada prorrogação da vigência acima referida.

11 - DO PROCEDIMENTO DA SESSÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

11.1. Da conformidade, Ordenação e Classificação das Propostas

11.1.1. O Agente de Licitação realizará a análise preliminar de aceitabilidade das propostas, desclassificando aquelas que:

- a)** Não indicarem a marca e o modelo do(s) produto(os) /material(is) /equipamento(s).
- b)** Apresentarem a marca ou o modelo que não condizem com as especificações descritas na proposta do(s) produto(os) /material(is) /equipamento(s).
- c)** Apresentarem mais de uma marca para o(s) mesmo(s) produto(os) /material(is) /equipamento(s).
- d)** Apresentarem cotação parcial para determinado **item**.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

e) Apresentarem prazo de entrega superior ao estabelecido no Anexo I - Termo de Referência.

f) Apresentarem mais de uma proposta, com valores diferentes.

11.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.1.3. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

11.2. Do Início da Fase de Lances

11.2.1. Verificada a conformidade das propostas, o Agente de Licitação selecionará as propostas para a fase de lances, observando os seguintes critérios:

a) Seleção da proposta que vier a apresentar o menor valor e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela.

b) Caso não seja verificada a presença de pelo menos 03 (três) propostas nas condições acima, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três), quaisquer que sejam os preços ofertados, salvo quando for verificado empate de preços, hipótese em que todas as propostas empatadas serão selecionadas.

11.2.2. Ultimadas as providências anteriores, o Agente de Licitação convocará as licitantes credenciadas e classificadas para formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

11.2.3. Os lances serão formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

11.2.4. Os lances deverão ser ofertados pelo **VALOR TOTAL DO ITEM**.

11.2.5. Não será admitida a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante às penalidades previstas neste Edital.

11.2.6. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Agente de licitação, implicará a exclusão do licitante apenas da fase competitiva do certame, permanecendo o último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

11.2.7. Caso o licitante não realize lances, permanecerá o valor constante na proposta apresentada para efeito da classificação final.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

11.2.8. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os licitantes selecionados para tanto declinarem à formulação de novos lances.

11.3. Do Encerramento da Fase de Lances e dos Critérios de Desempate

11.3.1. Após a fase de lances, o Agente de Licitação verificará o porte das empresas licitantes classificadas. Havendo Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06.

11.3.2. Nessas condições, as propostas de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.3.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **10 (dez) minutos**. Caso a proponente não tenha representante legal na sessão, esta decairá do direito.

11.3.4. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte não tendo interesse em apresentar nova proposta, ou que não haja representante na sessão, a empresa subsequente, ou seja, empresa que esteja apta a utilizar o disposto na Lei Complementar 123/06 poderá fazê-lo nas mesmas condições;

11.3.5. Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte na faixa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada após a fase de negociação, a preferência para cobrir a melhor oferta se dará por sorteio;

11.3.6. O critério de desempate ficto disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

11.3.7. Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

11.3.8. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que deixar de apresentar no ENVELOPE 01 - DA PROPOSTA DE PREÇOS a declaração de enquadramento como ME/EPP, decairá do direito de ser tratada como tal.

11.4. Da Negociação da Proposta

11.4.1. Encerrada a fase de lances e da aplicação dos critérios de desempates, confirmada a efetividade do lance ou proposta melhor classificada, ou que passe a ocupar essa posição, o Agente de Licitação deverá negociar condições mais vantajosa, nos termos do Regulamento;

11.4.1.1. A negociação será realizada em sessão pública;

11.4.1.2. Quaisquer propostas que permanecerem com o valor acima do valor estimado serão desclassificadas, podendo o Agente de Licitação negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação.

11.4.2. Para o exame da proposta melhor classificada, o licitante deverá apresentar, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, contado da solicitação do Agente de Licitação na sessão, os documentos a seguir elencados, adequados ao último lance ofertado após negociação:

11.4.2.1. Proposta de Preços, com quantitativos, preços unitários e totais, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, cujos itens, discriminações, unidades de medição e quantidades, **NÃO** poderão ser alterados pela licitante, exceto quando devidamente estabelecido em COMUNICADOS.

11.4.2.1.1. Para efeito de preenchimento da Proposta de Preços, a licitante **NÃO PODERÁ:**

- a)** cotar preço unitário e global superior ao orçamento previamente estimado pela CAER, ou preço global inexequível.
- b)** apresentar marca ou modelo diferentes dos cotados na Proposta de Preços inicial.
- c)** deixar de apresentar preço unitário para um ou mais produto(s) /material(is) /equipamento(s).

11.4.2.1.2. Todos os resultados das operações aritméticas realizadas na elaboração da Proposta de Preços, inclusive as parciais, devem ter suas **partes**



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

decimais consideradas com DUAS CASAS, utilizando-se as regras matemáticas de aproximação (arredondamento).

11.4.2.1.3. A Proposta de Preços deverá ser assinada, preferencialmente, na forma eletrônica, por meio de assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada.

11.4.2.1.4. Caso a Proposta de Preços seja assinada à mão, deverá ser protocolado na sala da Superintendência de Licitação e Contratos - SULIC da CAER.

12 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

12.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, o Agente de Licitação examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade com as condições e especificações estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência, parte integrante deste Edital, inclusive quanto ao valor estimado, para efeito de sua aceitabilidade.

12.1.1. No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, e ofertar o **MENOR VALOR TOTAL DO ITEM**;

12.2. O Agente de Licitação poderá convocar técnicos da(s) área(s) pertinente(s) ao objeto licitado, quando houver necessidade de emitir parecer técnico, para garantir que as propostas apresentadas atendam as especificações do Edital;

12.3. Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Edital não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.4. O Agente de Licitação promoverá diligência, sempre que necessário, de forma a conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, e/ou retificar eventuais erros havidos em sua proposta, desde que, neste caso, esta retificação não implique em alteração da vantajosidade inicialmente ofertada.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

12.5. Quando solicitado, o licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado quanto aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários.

12.6. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

12.7. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

12.8. Os preços unitários das propostas não poderão exceder aos preços unitários estabelecidos no orçamento estimado pela CAER.

12.9. Erros formais e materiais sanáveis no preenchimento da Proposta de Preços não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a Proposta de Preços puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de aceitabilidade.

12.10. Será desclassificada a Proposta de Preços que contenha vícios insanáveis, não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Agente de Licitação e que descumpra as condições e especificações técnicas constantes deste Edital.

12.11. O licitante que abandonar o certame, deixando de apresentar a documentação indicada neste Edital, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.12. Quando todos os licitantes forem desclassificados, o Agente de Licitação poderá fixar prazo de até 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas que culminaram nas respectivas desclassificações, ou declarar fracassada a licitação.

13 - DA HABILITAÇÃO - ENVELOPE 02

13.1. Os documentos de habilitação deverão ser entregues, **concomitantemente** com a proposta, na data e horário marcados para a abertura da sessão pública.

13.2. Todas as certidões deverão estar com prazo de validade vigente na data de sua apresentação.

13.3. Para as certidões que não mencionarem o prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a **90 (noventa) dias** contados da data da emissão do documento, salvo disposição legal do emitente, que deverá ser anexado à Certidão.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

13.4. Documentos apresentados com a validade expirada, poderão acarretar a inabilitação do Proponente.

13.5. Será verificado eventual descumprimento das vedações elencadas no item 7 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO, mediante consulta ao:

13.5.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa - CNIA, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

13.5.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis;

13.5.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep.

13.6. As consultas previstas nos subitens anteriores realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

13.7. Constatada a existência de sanção, o Agente de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.8. Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, a habilitação dos licitantes será realizada mediante a apresentação dos documentos elencados nos subitens subsequentes.

13.9. O não atendimento ao previsto neste item 13 e seus subitens poderá implicar em instauração de processo administrativo, para aplicação das penalidades previstas no Regulamento.

13.10. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

13.10.1. Cédula de identidade ou outro documento equivalente, do(s) sócio(s), proprietário(s) da empresa licitante;

13.10.2. Registro comercial, no caso de empresa individual; OU

13.10.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores; OU

13.10.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de ato formal de designação de diretoria em exercício; OU



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

13.10.5. Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de sociedade ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

13.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.12. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

13.12.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ), em vigor.

13.12.2. Prova de regularidade com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

13.12.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

13.12.4. Prova de regularidade com a Fazenda Pública do Estado.

13.12.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal.

13.12.6. Certidão negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça do Trabalho.

13.13. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

13.13.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado do Exercício – DRE (último exercício social), exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinado pelo contador e representante legal da pessoa jurídica que comprovem sua boa situação financeira, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de **03 (três) meses** da data de apresentação da proposta.

13.13.1.1. No caso de Sociedade Anônima: observadas as exceções legais, apresentar as publicações na Imprensa Oficial do balanço e demonstrações contábeis e da ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial.

13.13.1.2. As empresas que adotam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, poderão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis apresentados pelo “Livro Digital”, devendo ser apresentado o Recibo de Entrega do Livro Digital, o Termo de Abertura e Encerramento, o Balanço Patrimonial, as



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

Demonstrações de Resultado do último exercício social exigível e a Situação do Arquivo da Escrituração Contábil, todos na forma digital, que permita sua visualização.

13.13.1.3. As empresas que ainda não possuem obrigação legal de apresentar seus demonstrativos contábeis, por serem recém-constituídas, deverão apresentá-los quanto ao período referente à data de abertura até o mês anterior à data de apresentação dos documentos para cadastramento.

13.13.2. Comprovar boa situação financeira, apresentando Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), registrados no Balanço Patrimonial, com valor **igual ou superior a 1;**

13.13.3. Comprovação que possui Patrimônio Líquido (PL) **igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor global de sua proposta final**, quando qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), registrado no Balanço Patrimonial for inferior a 1;

13.13.4. Certidão Negativa de Falência ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo Cartório Distribuidor e/ou Órgão Judiciário competente da sede da pessoa jurídica, ou, em caso de licitante pessoa física, de execução judicial expedida na comarca de seu domicílio, com data de expedição ou revalidação dos últimos **90 (noventa) dias** anteriores à data da realização da Licitação. Caso a Certidão não consigne prazo de validade, serão considerados **90 (noventa) dias**.

13.13.4.1. Se a comarca possuir mais de um Cartório Distribuidor deverá ser apresentada certidão negativa de falência e/ou de execução judicial expedida por todos.

13.14. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

13.14.1. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão da licitante para o fornecimento dos produtos idênticos ou semelhantes ao objeto da licitação.

13.15. DECLARAÇÕES A SEREM APRESENTADAS:

13.15.1. Declaração de pleno conhecimento e aceitação dos termos do Edital e seus anexos, **conforme modelo constante do ANEXO III – deste Edital;**



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

13.15.2. Declaração expressa da licitante da inexistência de fato superveniente impeditivo à habilitação, **conforme modelo constante do ANEXO IV – deste Edital;**

13.15.3. Declaração de idoneidade, **conforme modelo constante do ANEXO V – deste Edital;**

13.15.4. Declaração de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988, **conforme modelo constante do ANEXO VI – deste Edital;**

13.15.5. Declaração de não vínculo com a Administração Pública, **conforme modelo constante do ANEXO VII – deste Edital.**

13.16. Procedimento de Verificação:

13.16.1. Os documentos para habilitação, deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, ou ainda publicação em órgão de imprensa oficial, e/ou documento disponível no site oficial do órgão emissor.

13.16.2. O licitante regularmente cadastrado perante a CAER, poderá utilizar o Certificado de Registro Cadastral - CRC, para fins de **habilitação jurídica**, desde que dentro do seu prazo de validade, sob pena de inabilitação.

13.16.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no CRC, deverão ser apresentados dentro do envelope.

13.16.4. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

13.16.5. Os documentos apresentados em cópias simples, deverão ser **acompanhados do original**, para autenticidade do mesmo.

13.16.6. O Agente de Licitação poderá consultar sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

13.16.7. Ao Agente de Licitação e membros da equipe de apoio será facultada a promoção de diligências e a solicitação de esclarecimentos aos licitantes, sempre que julgarem necessário, para o fim de elucidar ou complementar a instrução do processo.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

13.16.8. Eventuais falhas, omissões ou irregularidades formais, que não sejam relevantes ou causem prejuízo à CAER ou aos licitantes, poderão ser dirimidas durante a sessão pública de processamento.

13.16.9. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

13.16.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.16.9.2. O prazo para normalização da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o subitem anterior não se aplica aos documentos relativos à habilitação jurídica e à qualificação técnica e econômico-financeira.

13.16.9.3. Não havendo a regularização da documentação fiscal e trabalhista, no prazo previsto no subitem 13.16.9.1 ocorrerá a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente, facultada à CAER convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou revogar, se for o caso, a licitação.

13.16.10. Se a proposta vencedora não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Licitação verificará a efetividade das propostas dos demais licitantes e o atendimento às condições de habilitação, na ordem de classificação e aplicando-se os mesmos critérios, até a apuração de uma proposta que atenda este Edital.

13.16.11. É de caráter eliminatório o não atendimento das condições de habilitação solicitadas neste item 13 e subitens.

13.16.12. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

14 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

14.1. Haverá fase recursal única, após o término da fase de habilitação.

14.2. Declarado o vencedor do certame, será facultado aos licitantes credenciados a imediata e motivada intenção de interposição de recurso, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

14.2.1. No caso de apresentação do recurso ou a contrarrazão em documento físico, a via original deverá ser assinada pelo representante legal do licitante e entregue, sob protocolo, na sala Superintendência de Licitação e Contratos - SULIC da CAER, sendo considerada efetivamente a data de recebimento;

14.2.2. No caso do recurso ou a contrarrazão serem enviados por e-mail, será obrigatória a assinatura, na forma eletrônica, por meio de assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, sendo considerada efetivamente a data de recebimento pela Superintendência de Licitação e Contratos - SULIC da CAER.

14.2.3. O licitante deverá apresentar as razões do recurso, de que trata o subitem 14.2, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após o julgamento da habilitação, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, independentemente de intimação.

14.2.4. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, e o Agente de Licitação estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.2.5. Expirado o prazo para contrarrazão, com ou sem elas, o recurso será submetido à Autoridade Competente para análise e julgamento, salvo se apresentados de forma intempestiva.

14.2.6. O acolhimento de recurso implicará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.3. O recurso será dirigido ao Agente de Licitação, o qual apreciará sua admissibilidade, cabendo a este reconsiderar ou não sua decisão no prazo de **05 (cinco) dias úteis** e, independente da sua decisão, fazê-lo subir à segunda instância administrativa, devidamente informado, devendo à Autoridade Superior proferida a decisão final no prazo de **05 (cinco) dias úteis**.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

14.3.1. Os prazos previstos no subitem 14.3 poderão ser prorrogados em razão da complexidade da matéria abordada, devendo tal decisão ser comunicada aos licitantes.

14.4. O recurso contra a decisão do Agente de Licitação terá efeito suspensivo apenas para o que disser respeito.

14.5. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de comunicação por e-mail.

15 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados os autos serão encaminhados a autoridade competente, que poderá:

15.1.1. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15.1.2. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supríveis.

15.1.3. Revogar o procedimento; ou

15.1.4. Anular o procedimento.

15.2. Na ausência de recurso, caberá ao Agente de Licitação adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor homologação.

15.2.1. A Autoridade Competente poderá decidir pela homologação, ou ainda, pela aplicação dos subitens 15.1.2., 15.1.3. ou 15.1.4. do subitem 15.1.

15.3. A autoridade competente para homologação da licitação poderá decidir discricionariamente pela sua revogação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontável, por iniciativa própria ou provocação de terceiros.

15.3.1. A licitação também poderá ser revogada caso não seja obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação ou quando o convocado não assinar o contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos.

15.4. Depois de iniciada a fase de apresentação de propostas, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de se conceder aos licitantes que manifestem interesse em contestar o respectivo ato no prazo apto a lhes assegurar o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

15.4.1. A manifestação para o exercício de contraditório e ampla defesa será realizada no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados a partir da publicidade da decisão.

15.4.2. Não apresentadas manifestações pelos interessados, a decisão se efetivará sem necessidade de nova atuação da Autoridade Competente.

15.4.3. Se apresentadas manifestações pelos interessados, a Autoridade Competente analisará os argumentos e poderá, motivadamente, reconsiderar ou efetivar a decisão.

16 - DO CONTRATO

16.1. Homologado a licitação pela Autoridade Competente, o licitante vencedor será convocado para assinar o contrato, sendo-lhe concedido para tanto o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data da convocação.

16.1.1. Poderá a CAER, no seu interesse, ou, desde que solicitado pela parte interessada durante o transcurso do prazo, mediante motivos justificados, prorrogar por uma vez e por igual período, o prazo citado neste Edital.

16.1.2. É facultado à CAER, quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, ou, convocado, não o assinar, no prazo e condições estabelecidas neste Edital e no RILC:

16.1.2.1. Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do Contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

16.1.2.1.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 16.1.2.1, é facultado à CAER convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do instrumento convocatório.

16.1.2.2. Revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas no RILC da CAER.

16.1.3. Convocado para assinar o contrato, o interessado deverá observar os prazos e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções prevista em lei e no RILC.

16.1.4. A não assinatura no prazo acima estipulado será considerado como recusa.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

16.1.4.1. Neste caso, a recusa injustificada do adjudicatário, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei e no RILC da CAER, excetuando os licitantes remanescentes.

16.2. Condições para Assinatura do Contrato

16.2.1. Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter-se nas mesmas condições exigidas quando da habilitação.

17 - DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

18 - DO REAJUSTAMENTO DO CONTRATO

18.1. Os valores inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta, em ____/____/____.

18.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os valores iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice (*indicar o índice a ser adotado*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

19 - DA REVISÃO CONTRATUAL



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

19.1. A concessão do reequilíbrio econômico-financeiro do valor do contrato pode se dar a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que presentes os seguintes requisitos:

- I** – comprovação da ocorrência de evento extraordinário, futuro e incerto capaz de desequilibrar a equação econômico-financeira;
- II** - o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira deve ter ocorrido após a apresentação da proposta;
- III** - o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira não pode decorrer de culpa do Contratado;
- IV** – o efeito econômico provocado pelo evento extraordinário sobre a equação econômico-financeira deve ser substancial, de forma a restar caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do Contratado e a retribuição devida pelo Contratante;
- V** – restar demonstrado o necessário nexo de causalidade entre o evento extraordinário e a majoração ou redução dos encargos do Contratado que justifique a necessidade de recomposição da remuneração correspondente;
- VI** – o efeito econômico provocado pelo fato extraordinário deve restar demonstrado por meio da juntada aos autos do processo administrativo de planilha de custos e formação de preços ou outros documentos capazes de atestar o desequilíbrio provocado sobre a equação econômico-financeira.

20 - DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, conforme agência e conta corrente indicada pela contratada, que deverá conter o detalhamento do objeto executado;

20.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o recebimento definitivo do serviço;

20.3. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

20.4. A nota fiscal ou fatura deverá ser acompanhada obrigatoriamente da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER;

20.5. Por se tratar de serviços que incluem mão de obra, a CAER poderá instituir os seguintes procedimentos:

20.5.1. Realizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, que serão depositados pela Administração em conta - depósito vinculada - bloqueada para movimentação, específica da seguinte forma;

- a) Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários e encargos, quando devidos;
- b) Parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 de férias e encargos, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados.
- c) Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS;

§1º - Valores provisionados, somente serão liberados para o pagamento das verbas, nas seguintes condições:

- a) Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido.
- b) Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- c) Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e
- d) Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

§2º - O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

20.6. Autorizar a Administração contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, para assegurar o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

- b) Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

20.7. Autorizar a Administração contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos; Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere. Pela própria administração, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

21 - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

21.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 203 a 210 do RILC.

21.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do desconto inicial atualizado do contrato.

21.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do contratante.

21.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

22 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

- I.** advertência;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

II. multa moratória;

III. multa compensatória;

IV. suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

22.2. As sanções previstas nos incisos I e IV do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II e III.

22.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER;

22.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal;

22.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

22.6. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

22.7. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I. nas licitações em geral:

a) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

b) pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação;

c) por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.

d) no caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do sal do remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

e) no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER;

f) no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.

22.8. Ocorrendo infração contratual apenas com a sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

22.9. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

22.10. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.

22.11. Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.

22.12. Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.

22.13. No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

22.14. Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

22.15. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

terceiros.

22.16. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

22.17. O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.

22.18. Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.

22.19. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

22.20. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

23 - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

23.1. As formas extintivas do contrato com as devidas condições, estão previstas nos arts. 247 a 249 do RILC.

24 - DA PROTEÇÃO E PRIVACIDADE DOS DADOS PESSOAIS

24.1. Este certame observará as disposições da Lei de Geral de Proteção de Dados, Lei Nº 13.709/18, para tratamento dos dados pessoais informados pelo(s) licitante(s), ou contratado(s).

24.2. A participação neste procedimento licitatório e na contratação, implica no consentimento para compartilhamento de dados pessoais para atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais alencados no art. 6º da Lei Nº 13.709/2018.

25 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. É facultado ao Agente de Licitação ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo,



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

25.2. Em qualquer fase do procedimento licitatório, é facultado ao Agente de Licitação, a suspensão das sessões públicas, seja para análise ou diligências dos documentos constantes no ENVELOPE A - PROPOSTA DE PREÇOS e ENVELOPE B - HABILITAÇÃO ou em caso fortuito ou de força maior que impossibilite a continuidade da sessão.

25.3. O objeto licitado será recebido em estrita observância aos critérios estabelecidos no Termo de Referência, partes integrantes deste Edital.

25.4. Os documentos entregues pelas licitantes ao Agente de Licitação, quando for o caso, deverão ser assinados, preferencialmente, na forma eletrônica, por meio de assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada.

25.4.1. Para autenticidade da assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, os arquivos dos documentos que estiverem assinados na forma eletrônica, serão solicitados **durante a sessão** referente a abertura do respectivo envelope.

25.4.2. Caso os mesmos sejam assinados à mão, o documento físico deverá ser protocolado na sala da Superintendência de Licitação e Contratos - SULIC.

25.5. Na execução contratual, a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão cumprir integralmente as obrigações estabelecidas na Minuta Contratual, que fazem parte do presente Edital.

25.6. A CONTRATADA é obrigada a manter-se, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.

25.7. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

25.8.1. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como, não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento dos demais.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

25.9. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretados em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Companhia, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.10. A licitante deverá indicar endereço de e-mail da qual receberá as comunicações relativas a todas as fases do processo, devendo comunicar eventuais alterações do mesmo.

25.11. Não serão atendidas solicitações verbais.

25.12. O presente Edital, estará disponibilizado na íntegra, no endereço eletrônico: <https://www.caer.com.br/licitacoes/> e, deverá ser consultado constantemente, tendo em vista a possibilidade de eventuais comunicados ou esclarecimentos futuros.

25.13. É de responsabilidade do licitante o acompanhamento do certame licitatório.

25.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.15. Os envelopes de habilitação, que permanecerem lacrados, das empresas não vencedoras no certame ficarão à disposição dos interessados para serem retirados após a assinatura do contrato pela empresa vencedora, por um período de **60 (sessenta) dias**, e após serão descartados pelo Agente de Licitação.

25.16. Os casos omissos serão resolvidos com base na legislação pertinente e nas normas de direito comum.

25.17. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

25.18. É assegurado ao licitante a obtenção de cópia digital dos autos referente ao presente procedimento licitatório, mediante solicitação via e-mail e preenchimento do requerimento que será disponibilizado pela SULIC.

25.18.1. O prazo mínimo para entrega das cópias é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do requerimento pela SULIC.

26 - DO FORO

26.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si e seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nomeadas, que também assinam, dando-lhe, para efeitos legais.

Boa Vista - RR, ____ de ____ de 2024.

JAMES DA SILVA SERRADOR

Diretor Presidente da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER